

Racionalidade e natureza humana na visão da epistemologia evolutiva

*José Claudio Morelli Matos**

Resumo: A epistemologia evolutiva é uma corrente que tenta explicar o conhecimento humano em conformidade com a descrição feita dele pelas ciências biológicas. Deste ponto de vista a seleção natural concorre como causa da presença, no ser humano, da atitude racional. Uma das principais críticas contra esta corrente epistemológica, proposta por Thomas Nagel, apóia-se no argumento de que um conceito de racionalidade derivado das realizações de uma teoria científica – a teoria da evolução – não pode ser utilizado para explicar a validade universal das regras segundo as quais esta racionalidade opera. Esta crítica pode, segundo a tese aqui proposta, ser suficientemente respondida, a partir de uma consideração adequada da noção de natureza humana, como composta de princípios e mecanismos que estariam na origem da capacidade racional encontrada no ser humano. Michael Ruse oferece uma estratégia de resposta do ponto de vista naturalista. O que se afirma neste trabalho é que há uma outra estratégia de resposta possível à crítica de Nagel contra a legitimidade da epistemologia evolutiva, que se apóia na analogia entre a evolução biológica e a evolução do conhecimento no ambiente da cultura.

Palavras-chave: Epistemologia evolutiva, Natureza humana, Racionalidade

Abstract: Evolutionary epistemology is a tendency that tries to explain human knowledge in conformity to his description made by biological sciences. From this point of view, natural selection counts as a cause of the presence of rational attitude in human beings. One of the major criticisms against this view, proposed by Thomas Nagel, bears on the argument by which a concept of rationality, derived of the results of a scientific theory – the evolutionary theory – cannot be employed to explain the universal validity of rules by which this very rationality operates. This criticism may, in accord to the thesis here proposed, be thoroughly responded, taking as a starting point an appropriate approach of human nature, as composed by principles and mechanisms that could be in the origin of human rational capacities. Michael Ruse offers a strategy to answer this criticism based on naturalistic approach. What this work wants to claim is: that there are another strategy in deal to Nagel's criticism against the legitimacy of evolutionary epistemology. This strategy is based on the analogy between biological and epistemic evolution in cultural environment.

Keywords: Evolutionary epistemology, Human nature, Rationality

* Professor adjunto da UDESC. *E-mail:* doutortodd@gmail.com. Artigo recebido em 17.08.2007 e aprovado em 20.10.2007.

1 A epistemologia evolutiva: suas principais versões

Este trabalho pertence ao ambiente de discussão a que se tem dado o nome de Epistemologia Evolutiva. Embora a história da formação desta corrente leve retrospectivamente, possivelmente até a *Origem das Espécies* da Darwin, é possível recortar adequadamente o tema situando entre seus autores, nomes da atualidade como Karl Popper (1995, 1972), Donald Campbell (1974), David Hull, Michael Bradie e Michael Ruse. Falando mais genericamente, não tanto de temas da teoria do conhecimento, mas da importância da teoria da evolução – da seleção natural em especial – para o empreendimento filosófico, pode-se elencar ainda as obras de Daniel Dennett e de Richard Dawkins.

A epistemologia evolutiva parte de uma concepção do ser humano como um ser vivo, cujas características desenvolveram-se em uma história evolutiva, determinada – totalmente ou em sua maior parte – pelo processo de seleção natural. Assim, os princípios que dão origem às capacidades do ser humano para o conhecimento podem ser compreendidos e explicados em função de seu valor de sobrevivência, e de sua origem biológica através de um processo de variação e retenção seletiva de características (Campbell, 1974).

Dir-se-ia que o nível mais elevado e aperfeiçoado de comportamento cognitivo, entre todas as espécies de seres vivos do planeta, é alcançado pela espécie humana na forma da acumulação e transformação cultural realizada pela atividade científica. Assim, entende-se que a ciência é resultado, no mínimo em parte, de um conjunto de capacidades transmitidas e desenvolvidas biologicamente. Por exemplo: a capacidade de produzir expectativas referentes a regularidades ou leis naturais, a partir da experiência.

Admitindo a relevância da descrição biológica do ser humano para a epistemologia, poder-se-ia explicar a razão pela qual a racionalidade científica apresenta-se na forma atual, pelo fato de os princípios nos quais ela se baseia terem sido desenvolvidos no processo evolutivo que deu origem a todas as outras características detectáveis na natureza humana. E este processo, sabemos, é explicado pelo modelo darwiniano de variação e retenção seletiva de

caracteres transmitidos hereditariamente. Esta posição é defendida por autores como Michael Ruse, que afirma em seu artigo “The View From Somewhere: A Critical Defense of an Evolutionary Epistemology” (1989):

Nós acreditamos que $2+2=4$, não porque este é um reflexo da realidade absoluta, ou porque alguns dos nossos ancestrais fizeram um pacto para acreditar nisso, mas porque aqueles proto-humanos que acreditaram em $2+2=4$, antes de $2+2=5$, sobreviveram e se reproduziram, e aqueles que não acreditaram, não o fizeram. Hoje, são estas mesmas técnicas e regras seletivamente produzidas que governam a produção do conhecimento (Ruse, 1989, p. 193).

Assim, esta postura declara, entre outras coisas, que o conhecimento, e mesmo a cultura humana como um todo, é um fenômeno natural cuja produção, por parte dos seres humanos, submete-se àquelas regularidades biológicas que moldaram as características de seus produtores. Chamemos a esta abordagem de modelo literal da epistemologia evolutiva. Este é o modelo adotado por Michael Ruse. Seu artigo, ao qual aqui me refiro, é uma “defesa crítica” da epistemologia evolutiva, por assumir e defender a postura naturalista, em contraposição a uma postura que se pode chamar de analógica, acerca da epistemologia evolutiva.

Nesta concepção, o próprio método crítico de seleção e exame das teorias científicas é um método que opera de modo análogo à seleção natural entre os seres vivos. A cultura pode ser examinada de modo relativamente independente de seus produtores animais, como se ela mesma constituísse um meio ambiente em evolução. Uma vez que os seres humanos são capazes de realizar a crítica e os testes que funcionam como condição de aceitação ou rejeição de expectativas que desenvolvem acerca do mundo, eles criaram um outro ambiente, onde indivíduos de diferentes espécies, e com variações favoráveis e desfavoráveis, competem pela perpetuação: o ambiente da cultura humana habitado pelas explicações, crenças e teorias, e do qual a racionalidade científica é um dos principais elementos. E, segundo as regras e critérios que compõem esta racionalidade, as tentativas de explicação, de

regularização, de generalização, submeter-se-iam a uma seleção semelhante à seleção natural. Esta visão tem entre seus principais defensores, Karl Popper, que afirma o seguinte:

o crescimento de nosso conhecimento é o resultado de um processo estreitamente semelhante ao que Darwin chamou de ‘seleção natural’; isto é, a seleção natural de hipóteses que mostraram sua aptidão (comparativa) para sobreviver até agora em sua luta pela existência, uma luta de competição que elimina aquelas hipóteses que são incapazes (Popper, 1972, p. 238).

Em linhas gerais, propor hipóteses equivale à reprodução com variação, a atitude crítica (ou outras pressões que interfiram na aceitação ou rejeição de afirmativas) à seleção; e a aceitação provisória das hipóteses, à perpetuação ou sobrevivência¹.

A escolha por um modelo literal ou por um modelo análogo de evolução por seleção natural para o projeto de explicar o conhecimento, é o que tem feito a diferença entre as versões disponíveis da epistemologia evolutiva.

2 A crítica contra a legitimidade da epistemologia evolutiva

Embora não represente uma corrente completamente uniforme de pensamento, a epistemologia evolutiva tem representado uma pretensão teórica legítima o bastante para ser submetida a, pelo menos, uma crítica relevante. Ela consiste em que, ao tentarem apoiar a epistemologia na moderna biologia evolutiva, autores como Michael Ruse e outros, pressupõem a validade do conhecimento científico para explicá-lo. Ao fazerem isso, admitem de saída como válido justamente o que está em questão.

¹ Sabe-se que Popper se compromete com uma versão literal da epistemologia evolutiva, mas é difícil decidir até que ponto, uma vez que sua insistência em um padrão objetivo e universal de racionalidade, e sua consideração do aspecto formal da epistemologia o levam a não considerar como relevantes para um estudo dos fundamentos do conhecimento objetivo, as considerações acerca das capacidades de seus portadores. Ou seja, por se concentrar numa epistemologia normativa, Popper assume uma postura controversa acerca do modelo literal, que o tempo não permite explorar aqui (ver Popper, 1972).

Uma versão mais elaborada desta crítica alega que uma epistemologia que se apóia no valor adaptativo do conhecimento não pode adequadamente explicar a validade objetiva deste conhecimento. Como seu horizonte é um conjunto de idéias herdadas das ciências naturais, a epistemologia evolutiva não pode atingir um nível explicativo que dê conta da possibilidade da racionalidade objetiva de nossas tentativas de conhecer o mundo. Esta crítica é bem caracterizada por Thomas Nagel, em seu livro *The View From Nowhere (A Visão Desde Lugar Nenhum)* (Nagel, 1986), bem como em *The Last Word (A Última Palavra)* (Nagel, 1997). Sua argumentação parte da idéia de que deve haver um padrão de racionalidade mais universal do que uma racionalidade gerada pela evolução mediante seleção natural. Somente assim, a própria explicação da evolução em termos de seleção natural faria sentido. Ou seja, a racionalidade tem que poder contar com um alcance profundo e amplo o bastante para não ter que ser avaliada, por exemplo, por seu valor na sobrevivência de certos animais.

Conforme Nagel apresenta a situação em *The View From Nowhere*,

a perseguição do conhecimento objetivo requer uma concepção muito mais desenvolvida da mente e do mundo do que possuímos atualmente: uma concepção que explicará a possibilidade de objetividade. Isto exige que venhamos a entender as operações de nossa mente de um ponto de vista que não seja apenas o nosso próprio (Nagel, 1986, p. 78).

Tal afirmação expressa a exigência de um critério de validade para as realizações do conhecimento humano que é altamente – demasiado até – elevada. Nagel espera que a possibilidade da validade objetiva das afirmações de conhecimento se estabeleça sobre um padrão universal, independente de contingências tais como a formação biológica do ser humano, ou seus instintos e princípios naturais. Nagel anuncia a demanda por um argumento que explique por que a razão humana é capaz de desenvolver teorias objetivamente válidas, e este argumento não pode depender de nenhuma destas teorias, posto que ele é condição

de possibilidade de qualquer teoria deste tipo. Deve haver, para Nagel, uma explicação primeira, ou fundamental, da possibilidade do conhecimento objetivo.

Uma necessidade de explicação da possibilidade do comportamento racional elevada a um tal nível de exigência, também conduz Nagel a desqualificar diversas tentativas de dar conta desta tarefa. Nagel está colocando a situação em termos de que seria preciso um ponto de vista externo ao ponto de vista humano para, a partir dali, oferecer a explicação exigida. Faz isso por meio do procedimento de elevar a exigência em relação a uma explicação da objetividade, e assim criticar como falhas as tentativas realizadas de explicação. De seu ponto de vista, uma investigação epistemológica em termos de seleção natural e de valor adaptativo,

é um exemplo da tendência para tomar uma teoria que foi bem sucedida em um domínio e aplicá-la a qualquer coisa que não se entende – não exatamente aplicá-la, mas vagamente imaginar tal aplicação. É também um exemplo do naturalismo perverso e reduutivo de nossa cultura, onde o “valor de sobrevivência” é agora invocado para lidar com tudo, de ética a linguagem (Nagel, 1986, p. 78).

Segundo esta colocação, a tendência evolutiva em epistemologia é uma confusão entre domínios distintos de conhecimento. Uma vez que o mecanismo de seleção natural é bem sucedido em alguns assuntos, o epistemólogo, é o que Nagel sugere, sente-se motivado a aplicá-lo em suas explicações, voltando-o para assuntos alheios a seu escopo, o que resulta em uma explicação epistemológica parcial e inaceitável.

Veja-se que Nagel não dirige sua crítica a uma ou outra proposta epistemológica em particular, mas à própria intenção de explicar o conhecimento fazendo uso do modelo evolucionista. O naturalismo também é alvo de sua crítica. Tomando o termo em um sentido amplo, como a consideração do homem como parte do mundo natural, pode-se ter uma visão mais clara do que Nagel espera propor. O naturalismo entende o conhecimento como um fenômeno natural e, portanto, derivado de causas naturais. Assim, na

falta de fundamentos definitivos, universais ou absolutos para o conhecimento, o epistemólogo naturalista opera com os fundamentos que considerar plausíveis diante das condições e do tema de sua investigação. Há, para o naturalista, diferentes níveis de certeza, dir-se-ia, mas trabalhar com conhecimento conjectural ainda é trabalhar com conhecimento. Mas é isso justamente o que Nagel quer impedir o naturalista – e mais precisamente o epistemólogo evolucionista – de tentar fazer.

Para ele o valor das regras do pensamento racional tem que ser universal. Portanto, nada menos pode ser esperado do que uma explicação universal, ou absoluta, da possibilidade do pensamento racional. Ele diz: “A possibilidade de mentes capazes de formar progressivamente mais concepções objetivas da realidade não é algo que a teoria da seleção natural possa tentar explicar, desde que ela não explica possibilidades em geral, mas apenas a seleção entre elas” (Nagel, 1986, p. 79). Deixando de lado todos os níveis intermediários em que um epistemólogo da seleção natural compromete-se com este mecanismo explicativo, o que se pode afirmar é que Nagel não atribui confiança alguma a esta forma de explicação do conhecimento.

De seu ponto de vista, a epistemologia da seleção natural, por basear-se nas realizações da ciência natural, não se situa num patamar de onde possa fornecer um fundamento para a possibilidade do conhecimento objetivo. Neste sentido, ela nem sequer seria uma legítima explicação epistemológica, uma vez que, para Nagel, o termo “explicar” designa algo bem mais crucial. Para ele, não se trata da questão de mostrar como o fenômeno do conhecimento objetivo realmente ocorreu ou ocorre, mas de mostrar a razão pela qual ele tinha que acontecer. É isso o que Nagel espera de uma genuína explicação da objetividade do conhecimento: “Ela deve mostrar por que isso tinha que acontecer, dado o tempo relativamente curto desde o Big Bang, e não meramente que isso pode ter acontecido – como é tentado pelas propostas darwinianas” (Nagel, 1986, p. 81).

Considero basicamente que a crítica de Nagel é digna de ser considerada seriamente por alguém interessado em uma descrição evolutiva do conhecimento humano. Parece ser possível desarmar esta crítica por meio de uma reflexão sobre a relação deste conceito de racionalidade – assim entendido – e o conceito de natureza humana, desenvolvido no cenário do pensamento moderno, e ligado em grande medida ao paradigma darwiniano. Um epistemólogo evolucionista poderia adotar a seguinte estratégia a fim de resolver o impasse:

O padrão de universalidade (universalidade da validade das declarações objetivas de conhecimento) exigido por Nagel, como premissa de seu argumento crítico seria não só contra-producente do ponto de vista das propostas de explicações epistemológicas. Seria um padrão demasiado exigente, e em desacordo com as limitações de que sofre a razão humana, em sua tentativa de propor explicações e teorias. Este ponto de vista vem situar a racionalidade humana como um produto das regularidades naturais. O uso da racionalidade é o resultado de um processo natural e, portanto, a pretensão de universalidade só poderia fazer sentido, a partir deste contexto mais fundamental. Contra Nagel dir-se-ia que a racionalidade não é um acidente, não é um produto do acaso: ela é o único resultado possível das condições em que de fato se realizou o processo evolutivo da vida humana na Terra. E como não haveria um ponto de vista mais elevado ou anterior, a partir do qual estabelecer a validade das regras universais da razão – já que a própria razão desenvolve-se por causas naturais – a crítica de Nagel contra a legitimidade do projeto da epistemologia evolutiva não faria sentido.

3 Tentando responder ao criticismo de Nagel

Aqui há pelo menos duas considerações que podem ser feitas acerca das reservas de Nagel quanto à epistemologia evolutiva ou de seleção natural. Estas considerações funcionam como uma resposta ao dilema de Nagel, e podem tornar mais compreensível o ponto referente aos fundamentos de uma epistemologia em termos de seleção natural.

1. A primeira observação é a de que o próprio Nagel não está fazendo estas críticas do satisfatório ponto de vista de uma proposta alternativa, que venha a explicar a possibilidade do conhecimento objetivo. Sua crítica proclama a insuficiência da explicação em termos do mecanismo de seleção natural atuando sobre o conhecimento. Mas mesmo assim não representa uma outra posição, a não ser a desta exigência altamente elevada por um nível de explicação que, ele mesmo reconhece, não foi possível atingir até então. Segundo suas palavras:

Qual, poder-se-ia perguntar, é minha alternativa? Criacionismo? A resposta é que eu não tenho uma, e não preciso de uma para rejeitar todas as propostas existentes como improváveis. Alguém pode não assumir que a verdade sobre este assunto já foi considerada – ou apegar-se a uma visão apenas porque ninguém apareceu com uma alternativa melhor (Nagel, 1986, p. 81).

É possível que o autor não admitisse, mas esta postura é facilmente identificável com uma modalidade de ceticismo radical a respeito da razão humana. Lançar críticas e contra-argumentos contra um ponto de vista, mostrando que ele não explica o que pretendia explicar, e depois refugiar-se em uma suspensão de julgamento, parece caracterizar uma atitude cética.

O que se percebe é que o próprio estabelecimento do dilema cético indica a fraqueza e limitação da razão especulativa, que é tão cara a Nagel. Mas, por outro lado, os instintos e princípios naturais acabam por moldar o comportamento de modo relativamente bem sucedido, independentemente da debilidade das operações da razão. Isto significa que o impasse em que Nagel pretende terminar seu argumento, na forma de uma crítica contra a epistemologia da seleção natural, não é definitivo. Não há uma visão da racionalidade, a não ser da racionalidade humana, de realizações humanas de conhecimento. Ao invés de tentar contornar esta aparente deficiência, o naturalista desloca este ponto de vista para o cerne de seu empreendimento investigativo. Conforme se pode notar, trata-se de um recuo, mas um recuo do território além do alcance da razão

humana, para o território do que pode adequadamente ser conhecido por ela. Aqui, Nagel perde totalmente seu ponto.

Um ceticismo extremo, na visão do naturalista, é uma futilidade tão grande quanto um dogmatismo extremo. O fato de uma explicação ser conjectural, ou hipotética, ou falível, não implica a necessidade de abrir mão da explicação disponível. Ao contrário, a busca pela melhor explicação prossegue sempre, reconhecendo os limites aos quais a razão humana tem que se restringir.

Tanto pior para Nagel, para quem a capacidade de objetividade nas tentativas de conhecimento permanece um mistério. Sua recusa em aceitar que a razão humana é parte da natureza humana e, portanto, submete-se a suas leis e regularidades, o impede de aceitar as explicações, ou soluções, que esta admissão acarreta como conseqüências. Finalmente, é a natureza que leva o homem a confiar na objetividade de seu conhecimento do mundo, no sentido de que é impossível viver e agir sem um comportamento na forma de crenças, mesmo provisórias. Então, esta alegação de Nagel de que, sem um fundamento absoluto, a racionalidade fica inexplicada, não acaba tendo efeitos significativos sobre o modo como os seres humanos entendem sua própria racionalidade. E isto encontra-se em pleno acordo com o fato de que, como seres vivos interagindo com o ambiente, continuamos tendo comportamentos, inclusive investigativos, mesmo que a possibilidade de racionalidade objetiva não esteja completa e absolutamente elucidada.

2. A outra observação que se pode formular acerca da última citação de Nagel, é em parte decorrente desta primeira. Trata-se do fato de que a seleção natural é, sim, um legítimo princípio explicativo. Ela explica, ao contrário do que Nagel dá a entender, a possibilidade de racionalidade objetiva. Dada a variação entre as formas de vida na natureza, e a luta ou disputa entre estas, somente as mais bem adaptadas ao ambiente acabam obtendo sucesso na disputa pela vida e pela transmissão de suas características. Assim, a racionalidade objetiva desenvolveu-se porque, dentre as inúmeras variações possíveis, aquelas que ocasionaram seu surgimento eram as que forneciam maiores vantagens a seus portadores. Em termos

um pouco mais diretos, a racionalidade objetiva, enquanto forma de reconhecer leis e regularidades no ambiente que cerca um indivíduo, é a melhor opção disponível como mecanismo de sobrevivência. Em um ambiente onde a variação é ampla o bastante, o surgimento de tal racionalidade objetiva é uma consequência possível, a tal ponto que é o que, de fato, ocorreu no caso do ser humano².

Por outro lado, exigir uma explicação da necessidade do surgimento da capacidade cognitiva é forçar demasiado o poder de explicação, não só da seleção natural, mas de qualquer teoria do conhecimento. Nem se pode imaginar a qual tipo de causa um estudioso deveria recorrer se quisesse afirmar que a razão objetiva é absolutamente necessária. Assim como não se pode imaginar a que ponto de vista deverá recorrer para garantir a validade de argumentos racionais, se não for por meio de um argumento racional e, portanto, do mesmo estatuto que os outros. De acordo com todos os métodos do pensamento teórico, que têm dado resultados confiáveis em diversos campos de investigação, a explicação em termos de seleção natural conta como um mecanismo explicativo genuíno, e que pode com razão ser aplicado em questões do conhecimento humano. É como se a validade do pensamento racional possa estar justificada por seus efeitos no conhecimento humano, e pela reconstrução de sua origem no processo evolutivo, uma vez que não há ponto de vista anterior e mais fundamental, como o naturalismo não se incomoda em admitir.

Em sua obra mais recente, mencionada acima, Nagel retorna ao tema da epistemologia da seleção natural, partindo da mesma postura crítica. Sua argumentação pretende novamente enfatizar o aspecto parcial e, portanto, ineficaz, da epistemologia da seleção natural. Assim, em *A Última Palavra* Nagel afirma que,

² Existe a noção, bastante razoável, de que a racionalidade objetiva seja o resultado indireto do acúmulo de complexidade resultante de capacidades cognitivas mais simples, estas sim ligadas diretamente, por sua vez, a vantagens adaptativas. Por exemplo, a capacidade de formar expectativas a partir do reconhecimento de similaridades em contextos diversos (ver Quine, 1969). Ou a capacidade de reproduzir comportamentos por imitação ligeiramente modificada. Ela não invalida o espírito do que aqui está sendo proposto.

uma compreensão externa da razão como meramente um fenômeno natural – um produto biológico, por exemplo – é impossível. Razão é seja o que for que consideremos necessário usar para compreender qualquer coisa, incluindo ela própria. E se tentarmos compreendê-la meramente como um fenômeno natural (biológico ou psicológico), o resultado será uma explicação incompatível com nosso uso dela e com a compreensão que temos dela ao usá-la (Nagel, 1997, p. 166-167).

Esta sua posição em relação ao território da razão implica em que a validade das regras de inferência, e da lógica de um modo geral, deve reclamar uma objetividade independente das características biológicas do sujeito que a utiliza. Finalmente, para ele, a epistemologia evolutiva comprometeria nossa confiança na racionalidade, uma vez que a submete à ação de princípios instintivos de sobrevivência.

Um passo da argumentação de Nagel, ao desenvolver sua crítica, refere-se a uma característica peculiar do modelo explicativo de seleção natural. Este modelo, conforme já dissemos, é uma alternativa bastante plausível a ser oferecida contra explicações da natureza, e alguns imaginam que da mente humana, em termos de intenção ou desígnio externo. Historicamente, os críticos da Teologia Natural têm se valido com relativo sucesso das argumentações em termos de evolução e seleção natural. Por causa disso, aqueles intelectuais que tendem a rejeitar explicações em termos de intenção e desígnio particular tendem a adotá-lo. No lugar da explicação pela criação intencional, pode-se com muito mais razão considerar a explicação por seleção natural. Então, no ambiente desta polêmica, a situação leva Nagel a afirmar que

esse problema de autoridade cósmica não é uma eventualidade rara e é responsável por muito do cientificismo e do reducionismo do nosso tempo. Uma das tendências que aí encontra apoio é o abuso absurdo da biologia evolucionista para explicar tudo sobre a vida, incluindo tudo sobre a mente humana (Nagel, 1997, p. 153).

Nagel espera detectar um sentimento anti-religioso na utilização ampla que tem sido feita das realizações da biologia evolutiva. Mas será este seu único argumento? Afirmar que a atitude de recorrer à biologia evolutiva denota medo do avanço das explicações teológicas nem chega a ser um argumento. É uma acusação que, no mínimo, esconde uma falácia *ad hominem*. A desconfiança do leitor acerca deste ponto pode evidenciar-se da seguinte maneira: Nagel recusa-se a aceitar que a racionalidade seja resultado de um processo natural, mas alguém perguntaria se ele estaria à vontade com a idéia de que o processo natural é o resultado da racionalidade. Se for esse o caso, a racionalidade seria entendida como um princípio de ordenação do mundo, ou como a mente de um Arquiteto da Natureza: Deus? Naturalmente Nagel não se declara a favor do Desígnio, embora pareça querer criticar os adeptos da evolução como manifestantes deste moderno medo da religião.

Na verdade, Nagel vai mais longe do que isso. A exigência que ele faz é a de um fundamento para justificar a existência do conhecimento, e a da mente, que ultrapasse a contingência de um processo biológico pretensamente explicado por uma teoria científica. Nagel se mostra insatisfeito com a estreiteza do mecanismo da seleção natural para explicar a possibilidade da racionalidade. Segundo ele:

a existência da mente é certamente um *dado* para a construção de qualquer imagem do mundo; no mínimo, sua *possibilidade* deve ser explicada. E parece difícil acreditar que sua aparição decorresse de um acidente natural, como o fato de que há mamíferos (Nagel, 1997, p. 155).

Em outras palavras, uma teoria que explique por que o conhecimento é possível, por que as tentativas de explicar o mundo são confiáveis, deve basear-se em algo mais universal, diria Nagel, do que o processo de luta dos animais pela sobrevivência.

Esta demanda de fundamentos corresponde a que a validade das relações entre proposições, que é o que chamamos de raciocínio correto, não deve ser considerada como decorrente de mecanismos meramente instintivos, resultantes da formação evolutiva do cérebro

humano. Se não pudermos ter confiança na capacidade cognitiva do ser humano, independentemente da explicação evolutiva, a própria explicação evolutiva não poderá ser admitida com segurança. Nas palavras de Nagel,

o reconhecimento de argumentos lógicos independentemente válidos é uma *precondição* para a aceitabilidade de um relato evolucionista sobre a fonte desse conhecimento. Isso significa que a hipótese evolucionista é aceitável apenas no caso de a razão prescindir do seu apoio (Nagel, 1997, p. 159).

Esta parte da crítica de Nagel oferece um desafio a uma teoria evolutiva do conhecimento, que pretenda fundar o conhecimento, de maneira literal, no processo de seleção natural.

Afinal a racionalidade, para pretender a alguma validade, precisa de nada menos que contar com uma validade universal, sem submeter-se a qualquer condição contingencial ou subjetiva. Nagel não nega a possibilidade de que a seleção natural seja uma apreciação correta da natureza: seu ponto de vista é um pouco mais sutil. Segundo suas palavras: “Estou negando apenas que o que seja racionalidade possa ser compreendido por meio da teoria da seleção natural. O que ela é, o que ela nos diz e quais são seus limites só podem ser compreendidos de dentro dela” (Nagel, 1997, p. 160). Assim, o que Nagel tem afirmado em sua crítica parece consistir basicamente nos seguintes pontos:

1. Que uma teoria científica como a da seleção natural não tem alcance e nem a forma lógica necessária, para dar origem a uma explicação do sucesso do conhecimento humano.

2. Que não podemos subordinar a possibilidade de raciocínios válidos à formação biológica da mente humana.

Parece que o primeiro ponto constituinte desta posição – a exigência de uma objetividade universal para a racionalidade – é mais relevante, mas que a segunda – que rejeita uma epistemologia da seleção natural – denuncia um pouco de ingenuidade da parte de Nagel. Porque não é o caso de que a teoria evolutiva do conhecimento pretenda estar fora da racionalidade, como parece

estar sendo insinuado nesta última citação de Nagel. Na verdade, não seria difícil para um epistemólogo evolutivo responder que: embora os argumentos lógicos possam aspirar a uma validade assim objetiva e universal, poder-se-ia ainda assim falar da utilidade adaptativa da capacidade dos humanos de reconhecer e formular tais argumentos. Ou seja, a epistemologia evolutiva não tem que alegar que a racionalidade objetiva é causada unicamente pela evolução biológica, mas simplesmente que a seleção natural favoreceu o ser humano ao permitir que ele desenvolvesse um comportamento formatado pela racionalidade, ou que tomasse parte na racionalidade, se alguém preferir.

4 A posição naturalista frente à posição analógica

Se alguém estiver pretendendo afirmar que toda a validade objetiva de argumentos é resultado da formação do aparelho cognitivo dos humanos, não parece difícil imaginar quais seriam os argumentos em favor desta tese. Esta resposta foi tentada por Ruse em seu artigo. Sua estratégia é insistir no progresso do conhecimento – em especial o conhecimento científico – como um fato constatável empiricamente, cuja possibilidade não pode ser contestada por nenhum argumento teórico. Diz ele:

Eu pretendo que minhas afirmações sejam tomadas como genuinamente empíricas, e partes da ciência natural. Elas não são entendidas como meras meditações filosóficas; ainda que eu admita que, estando no primeiro plano da ciência, nosso conhecimento sobre estes assuntos nem sempre é definitivo (Ruse, 1989, p. 189).

Mas parece que isso faz justamente o serviço de submeter a validade objetiva do conhecimento ao seu valor de sobrevivência. Se Nagel e Ruse operam em campos diferentes – o primeiro referindo-se a condições de possibilidade, e o segundo, a processos ocorridos segundo certas regularidades, então a melhor resposta de Ruse aos argumentos de Nagel é a de não se considerar ameaçado por suas críticas. Ruse, de fato, não se sente ameaçado por Nagel e sua crítica, não está comprometido por uma racionalidade de regras

válidas universalmente, e o despede como a alguém que peca por não compreender a ciência atual:

O conhecimento que nós temos no momento é incompleto. Mesmo assim, por tudo o que sabemos, ele está na pista certa. Isto não é tudo, mas é muito mais do que nada. Tomar este tipo de atitude é a resposta completa à crítica de Nagel (Ruse, 1989, p. 198).

Esta é exatamente a atitude que ele manifesta em seu artigo, bem mais interessado em analisar diferentes aspectos da própria postura evolutiva em teoria o conhecimento.

Mas, insistindo um pouco mais no ponto da racionalidade levantado por Nagel, pode-se imaginar uma resposta a sua crítica acerca da inviabilidade do projeto evolutivo para explicar a possibilidade de validade objetiva.

Tomemos provisoriamente a posição analógica, aquela em que o mundo da cultura é de certo modo independente do mundo natural, por conter suas próprias regularidades, e seus habitantes particulares: as teorias, afirmações de conhecimento, estruturas lingüísticas. Pensemos que, dadas certas condições ordenadas por princípios básicos, independentes da mente de um ou outro sujeito particular, então certos movimentos ou certas estruturas são conseqüências necessárias destas condições e destes princípios.

O que esta posição sugere é que a validade das afirmações de conhecimento não depende somente de seu valor adaptativo. A objetividade, embora seja um atributo do mecanismo cognitivo da espécie *homo sapiens*, funda-se antes disso, e de modo independente, nas próprias condições em que as afirmações estão situadas no ambiente da cultura humana. Em termos popperianos:

Muito antes da crítica houve crescimento de conhecimento – de conhecimento incorporado ao código genético. A linguagem permite a criação e a mutação de mitos explicativos, e isto é ainda mais ajudado pela linguagem escrita. Mas é só a ciência que substitui a eliminação do erro, na luta violenta da vida através da crítica racional não violenta, e que nos permite substituir a morte (mundo 1) e a intimidação (mundo 2) pelos argumentos impessoais do mundo 3 (Popper, 1972, p. 88).

Lembrando que, segundo a concepção que Popper mantém, o mundo 1 é o mundo físico, o mundo 2 o mundo psíquico e o mundo 3 o mundo da cultura, ou das afirmações objetivas de conhecimento.

Assim, há a possibilidade de encarar frente a frente o desafio de Nagel à legitimidade do empreendimento da epistemologia evolutiva, defendendo que a única forma de compreender a possibilidade de racionalidade – ou melhor, de conhecimento avaliável objetivamente – é imaginar que este conhecimento está condicionado por princípios e regularidades seletivas, tais como ocorre com os seres vivos no ambiente natural.

5 Conclusão

A validade objetiva é necessária para a racionalidade do conhecimento. Por um processo algorítmico (como diria Daniel Dennett) de desenvolvimento de capacidades por seleção natural, a espécie humana chegou ao estágio de poder avaliar objetivamente suas afirmações formuladas em linguagem. Não se pode dizer que o ser humano tinha que ter desenvolvido a racionalidade. Mas sim, que tinha que tê-la desenvolvido para que se pudesse observar na cultura humana o fenômeno do progresso do conhecimento válido objetivamente. E o mecanismo que levou a tal nível de complexidade é o mecanismo da seleção natural (através do qual, indivíduos podem transmitir características – com variação – a suas réplicas, e acumular complexidade ao longo do processo).

Assim, o modelo analógico (seja ele o modelo popperiano ou uma variante mais atual) atua em um nível explicativo que, embora não desperte o interesse de um naturalista como Michael Ruse, pode representar uma possibilidade viável para explicar como a racionalidade objetiva torna-se – pela evolução por seleção natural – acessível como instrumento de compreensão da ordenação do ambiente para a natureza humana. Esta própria racionalidade apresentando possivelmente os mesmos mecanismos de variação cega e retenção seletiva de alegações e tentativas de conhecimento.

Referências

- BRADIE, Michael. "Evolutionary Epistemology as Naturalized Epistemology". In: Hahlweg & Hooker (Eds.). *Issues in Evolutionary Epistemology*. Albany: State University of New York Press, 1989.
- CAMPBELL, D. "Evolutionary Epistemology". In: SCHILPP, P. (Ed.). *Library of Living Philosophers*, Vol. Popper. La Salle: Open Court, 1974.
- DARWIN, Charles. *The Origin of Species* (1859, 1860) & *The Descent of Man* (1871). Chicago/London: William Benton Publisher, 1952.
- _____. *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. Prefácio de Konrad Lorenz. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. São Paulo: EdUSP, 1979.
- DENNETT, Daniel. *A perigosa idéia de Darwin*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- HULL, David. *Science as a Process. An Evolutionary Account of the Social and Conceptual Development of Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- _____. *Filosofia da Ciência Biológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- NAGEL, Thomas. *The View From Nowhere*. Oxford University Press, 1986.
- _____. *A última palavra*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- POPPER, Karl. *Logic of Scientific Discovery*. London: Hutchinson, 1959.
- _____. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Ed. UnB, 1995.
- _____. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: Itatiaia, 1972.
- RADNITZKY, Gerard & BARTLEY, W. W. (Eds.). *Evolutionary Epistemology, Rationality, and the Sociology of Knowledge*. La Salle: Open Court, 1989.
- RESCHER, Nicholas. *A Useful Inheritance: Evolutionary Aspects of the Theory of Knowledge*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1990.

RUSE, Michael. *Evolutionary Naturalism: Selected Essays*. London: Routledge, 1995.

_____. *Taking Darwin Seriously*. Oxford: Blackwell, 1986.

SIMPSON, George Gaylord. *This View of Life: The World of an Evolutionist*. New York: Harcourto, Brace & World, 1964.

WUKETITS, Franz. "Evolution as a Cognition Process: Toward an Evolutionary Epistemology". In: *Biology and Philosophy 1*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1986.